

ATA NÚMERO SETE

Carvalho
Azevedo
Lima

---- Aos dezoito dias do mês de Maio de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, na Freguesia de União das Freguesias da Ribeira do Neiva, do Concelho de Vila Verde, no edifício da Sede da Junta de Freguesia, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia de Freguesia sob a presidência de Joaquim Pinheiro Gonçalves. -----

---- A Sessão teve início pelas vinte horas e trinta minutos, após o Presidente da Assembleia ter aguardado um período de trinta minutos. -----

---- Aberta a sessão e feita a chamada, verificou-se não estar presente o deputado Carlos Machado, não tendo chegado ao Presidente da Assembleia, até à hora de início da sessão, qualquer justificação para a falta. O Presidente usou da palavra e verificou a existência de quórum, dando início aos trabalhos.-----

---- O Presidente da Assembleia iniciou os trabalhos com a leitura do artigo 49.º do RJAL, referindo a obrigatoriedade das reuniões da Assembleia de Freguesia serem públicas. Após, entrando no Ponto Um da Ordem de Trabalhos – Período Antes da Ordem do Dia – subponto 1.1 – Aprovação da ata da sessão anterior da Assembleia de Freguesia, leu a respetiva ata, que, colocada a votação, foi por unanimidade dos presentes aprovada. -----

---- Passando para o ponto dois - Período da ordem do dia - subponto 2.1 – Apreciação e discussão das contas da União de Freguesias, nomeadamente quanto ao valor da dívida não refletida no Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2021, apurada em sede de auditoria realizada às contas, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente do Executivo, o qual, no uso da mesma, disse: -----

1) Que este ponto vem na sequência da reunião anterior e que o assunto se relaciona com o facto de o anterior executivo ter feito despesa não cabimentada, não havendo por isso garantia para os fornecedores quanto ao pagamento dessas faturas; 2) Que o Executivo, após a realização da auditoria e aconselhamento jurídico, entende que os fornecedores têm o direito a ser pagos, até porque em causa está a imagem da União de Freguesias, embora todos saibam que a dívida não foi contraída em cumprimento dos regulamentos; 3) Que, para resolver a situação, se torna necessário que a Assembleia vote por unanimidade o pagamento da referida dívida; 4) Sendo o plano de pagamentos da seguinte forma: faturas até 2.500,00 € podem ser pagas de imediato; acima desse valor, terá que ser negociado um plano de pagamentos com os fornecedores, que não coloque em causa a normal atividade do Executivo; 5) Que na última reunião não foi

Goçalves
Artur
Luís

possível votar essa proposta; 6) Que constata a falta de um deputado, o Sr. Carlos Machado, pelo que não será possível cumprir com o que lhe foi transmitido quer pelo advogado, quer pelos auditores – votação por unanimidade de todos os deputados da Assembleia de Freguesia - questionando o Presidente da Assembleia se valeria a pena votar a proposta nestas condições. De seguida, entregou à mesa a proposta para regularização da dívida, elaborada pelo advogado e entregue ao Executivo, a qual foi lida pelo Presidente da Assembleia aos presentes e se transcreve de seguida: -----

“Tendo em conta que anterior executivo deixou uma dívida por pagar a fornecedores no montante total de 89.383,82 euros, sem qualquer tipo de cabimentação orçamental. Na verdade, verificou-se que foram realizadas e não pagas despesas referentes ao período findo em 19 de outubro de 2021, no montante de 89.383,82 euros, sem que para isso tivesse sido efetuado o adequado cabimento e compromisso prévio, ou seja, não havia em 2021 orçamento disponível capaz de acomodar aquelas despesas. Por isso, submetese à deliberação desta Assembleia de Freguesia a autorização para que esta Junta de Freguesia possa criar a adequada cabimentação orçamental para pagamento das referidas despesas em prestações ao longo do mandato deste executivo, sugerindo-se o pagamento imediato de todas as despesas/faturas emitidas até ao montante máximo de 2500,00 euros e restantes as faturas de valores superiores em prestações mensais durante X tempo.”-----

---- Após algum debate e troca de ideias com os Deputados sobre a votação da proposta, o Presidente da Assembleia passou ao subponto 2.2, levando assim a proposta a votação.

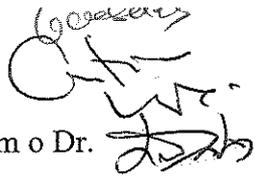
---- Passando ao subponto 2.2 - Apreciação e votação da autorização ao Executivo para negociação, elaboração e concretização de um plano de pagamentos que permita saldar a dívida, o Presidente da Assembleia colocou então a votação a proposta para regularização da dívida, tendo sido obtido o seguinte resultado: Proposta rejeitada com 4 votos a favor (Artur Correia, Amadeu Feio, António Vieira e Natália Pereira), 1 voto contra (Germano Sameiro) e 3 abstenções (Joaquim Gonçalves, Cristiano Lopes e Luísa Dantas). -----

---- Terminado o período da Ordem do Dia, passou o Presidente da Assembleia de seguida para o Ponto 3 – Período da abertura ao público. Usando da palavra, pediu ao público para, querendo fazer alguma intervenção, fazer a sua inscrição junto da mesa. Pediram para usar da palavra os seguintes membros do público:-----

Looseley
Aut.
João

1 - Paulo Lopes, Rio Mau; 2 - Hélder Oliveira, Rio Mau; 3 - Nuno Dias, Portela das Cabras; 4 - Joaquim Soares, Godinhaços; 5 - Maria Barroca, Godinhaços; 6 - Joaquim Ribeiro, Portela das Cabras. -----

---- Foram então chamados os inscritos, tendo iniciado pelo Sr. Paulo Lopes, o qual, no uso da palavra, disse: 1) Que o assunto em questão é a auditoria às contas, os cerca de 90.000 € de dívida; 2) Que o que para si é mais importante e que não viu ninguém falar é que não existiram desvios pelo anterior executivo; 3) Que para si o mais importante é que o seu bom nome seja preservado, e que está presente para defender a sua honra; 4) Que ninguém referiu que o valor em causa foi gasto nas obras da freguesia; 5) Que na reunião com os auditores ficou esclarecido que não existiram desvios de dinheiro; 6) Que nos anos em que exerceu funções de Tesoureiro, nunca nada lhe foi apontado e considera que fez um ótimo trabalho, tendo sido Tesoureiro até à eleição dos atuais Tesoureiro e Secretário, que apenas ocorreu em Dezembro de 2021; 7) Que em 25/10, depois de vários pedidos ao Presidente do Executivo, foi-lhe entregue uma relação das faturas em dívida (documento que tinha na sua posse e que mostrou aos presentes); 8) Que na referida listagem constava: uma fatura da Seprem, cujo valor não será para pagar, porque foi acionada a garantia, sendo a fatura de 2017; um valor da Ouro Neiva que não tem subjacente nenhuma fatura, não sabendo a que se reporta; 8.260,00 € relativos à reparação do trator, cuja fatura já foi emitida após a tomada de posse do atual Executivo; que para a fatura da empresa Declive Evidente (relativa a um muro em Pedregais) já existe um protocolo celebrado com o Município de Vila Verde, no valor de 25.000 €, pelo que esse valor tem que ser deduzido à despesa; uma fatura da Schmit Elevadores que se reporta à manutenção para o período de Outubro a Dezembro de 2021, período já referente ao mandato do atual executivo; uma fatura relativa à manutenção de extintores, que considera ser despesa corrente; que a fatura da Vitipedras, no montante de 2.200,00 € é relativa a material descarregado já após a tomada de posse do atual executivo, relativo à obra do cemitério de Rio Mau, e que no local da obra está toda a pedra necessário para a sua conclusão; que o valor relativo ao JI, 1438,00 €, não havia sido pago porque a Junta recebe esse valor e foi o Executivo atual que o recebeu; que a Junta de Freguesia recebe cerca de 16.000,00 € por mês para limpeza de caminhos, tendo ficado por pagar pelo anterior Executivo duas faturas – uma de 15/10, outra de 08/10 - e que foi o Executivo atual a receber essa quantia, quando o Executivo cessante já havia feito a limpeza de caminhos, que é feita uma vez por ano; Referiu que na listagem constam faturas de Novembro de 2021, quando o atual Executivo tomou posse

(Gonçalves)


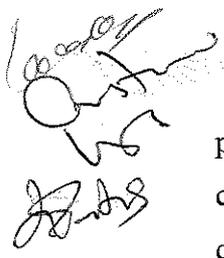
em Outubro; 9) Que existe outro documento, de uma reunião havida em 2017 com o Dr. António Vilela, no qual consta uma verba de 30.000 € para limpeza de caminhos – verba pela qual o atual Presidente do Executivo tem que continuar a lutar; 10) Quanto ao assunto da pedra para a obra do cemitério de Rio Mau, que se o atual Executivo pretender, o fornecedor emite Nota de Crédito e a vem recolher; 11) Que aquando do término de funções do anterior Executivo ficou saldo positivo na CGD no montante de cerca 25.000,00 € e saldo em caixa de cerca de 300,00 €; 12) Relativamente à construção do edifício sede da Junta de Freguesia, iniciado no tempo do Executivo da Junta de Freguesia de Duas Igrejas, antes da união de freguesias, houve um protocolo para a construção do edifício, no qual a Câmara Municipal pagava cerca de 760.000,00 € e a ARS cerca de 200.000 €; 13) Que até à sua tomada de posse como Tesoureiro, tinham sido recebidos relativos àquela obra 818.480,54 € e tinham sido entregues à empresa construtora 781.675,55 €, de acordo com os documentos que na altura lhe foram fornecidos; 14) Que existe assim uma diferença entre o que foi recebido e o que foi pago à Freitas Costa, empresa construtora, de 36.804,99 €; 15) Que não coloca em causa a honestidade do anterior Presidente da junta de Freguesia de Duas Igrejas (atual presidente do Executivo), mas apenas a sua atuação enquanto Presidente do Executivo, que não pode querer uma coisa para si e outra para os outros; 16) Mas que aquela diferença de valor, destinado à obra do edifício sede da Junta de Freguesia, o gastou em obras da freguesia, onde bem entendeu; 17) Que quando tomaram posse a Freitas Costa veio pedir o valor da diferença, quando o valor já havia sido recebido e gasto; 18) Que pagaram cerca de 180.000 € relativos àquela obra, quando a obra em curso era de 137.000 €; 19) Que se depararam, quando tomaram posse, com vários acordos de parte, em que o Presidente cessante se comprometia a executar uma serie de obras em troca de cedência de espaço ao domínio público, despesa não cabimentada; 20) Que até um telhado de uma casa tiveram que assumir porque existia um compromisso do anterior Presidente, porque honraram os compromissos assumidos; 21) Que o anterior Executivo da Junta de Freguesia de Duas Igrejas foi alvo de uma coima de 15000 €; 22) Coima essa que, após recurso para o tribunal da Relação de Guimarães, o qual foi indeferido, teve que ser paga; 23) E que não havia cabimento para o pagamento dessa coima; 24) Que o podem acusar de muita coisa, mas que não o podem acusar de não ser honesto; 25) Quando tomaram conta da União de Freguesias não existiam equipamentos e agora existem; 26) Que se mostra disponível para vir à Assembleia, sempre que necessário, defender a sua honra e o bem da Terra; 27) Que, relativamente ao exercício das suas

funções, nada tem a apontar à atual (e anterior) Secretária do Executivo Candy Costa, não podendo dizer o mesmo a título pessoal. Nesta fase, e já a terminar a sua intervenção, foi interpelado pelo Sr. Amadeu Feio, que o questionou sobre se é verdade que a Junta de Freguesia tinha um cofre, tendo respondido afirmativamente e referido ainda que no mesmo estava um montante de cerca de 300 €. Após, deu por terminada a sua intervenção.-----

Seguidamente, Candy Costa pediu a palavra para defesa da honra e no seu uso disse:----

1) Referiu saber o que estava no documento apresentado e analisado pelo Sr. Paulo Lopes, apesar de este não lho ter cedido para poder responder; 2) Que nunca foi usada a palavra desfalque relativamente às contas da União de Freguesias e que a pasta com a referência faturas a pagar não foi entregue a este Executivo pelo Executivo cessante; 3) Que o sr. Paulo Lopes, sabendo que deixaria de exercer funções, deveria ter preparado o documento afim de passar informação ao novo Executivo, já que exercia o cargo de Tesoureiro – Neste ponto o Sr. Paulo Lopes interrompeu e em resposta a Candy Costa questionou do porquê de dever ser ele a preparar o documento, já que durante oito anos menos dois meses foi sempre ela (Candy Costa) a realizar esse trabalho, e era para isso que recebia o salário - ; 4) Que o documento que o Sr. Paulo Lopes tem foi por si (Candy Costa) elaborado e contém a lista das faturas que iam sendo recebidas e que não eram pagas; 5) Que esse documento foi entregue ao Presidente do Executivo antes de 25/10, e foi sendo atualizado, tendo sido elaborado com o propósito de dar a conhecer ao Presidente as faturas não pagas; 6) Que existem anotações na lista das faturas com menções tipo “entregue ao advogado”, “ordem de reparação”, pelo que junto da lista das faturas vem referido o que poderia acontecer com as mesmas; 7) Que naquela lista estavam faturas a pagamento, uma vez que o documento se destinava a dar a conhecer ao Presidente as faturas a pagamento; 8) Que o grande problema foi o Sr. Carlos Machado, na última Assembleia, ter dito que o valor em dívida não era o apresentado e apurado em sede de auditoria, o que resultou na não votação da proposta na anterior Assembleia, tendo de seguida terminado a sua intervenção.-----

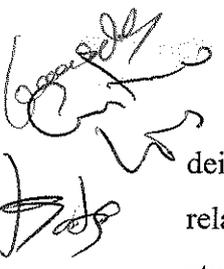
---- Foi seguidamente retomada a intervenção dos membros do público, tendo sido chamado Hélder Oliveira, o qual no uso da palavra e após cumprimentar todos os presentes disse: 1) Que é a sua primeira intervenção nas reuniões da Assembleia de Freguesia no atual mandato do órgão executivo, ao qual deseja as maiores felicidades para o mandato corrente; 2) Que, relativamente à questão das contas, se estão a esquecer de um pormenor muito importante: que o dinheiro é do povo; 3) Que, se bem se recorda,



pelo Presidente do atual Executivo foi dito que existiam várias irregularidades e até coisas estranhas nas contas; 4) Que agora que se encontra concluída a auditoria, gostaria de saber o que pretende o atual Executivo fazer quanto às irregularidades; 5) Que fica na dúvida se ao valor dos 90.000 € (referentes à dívida) já se encontra abatido o montante de 25.000 € que ficou em depósito bancário aquando da cessação de funções do anterior Executivo; 6) Que o protocolo para o muro de Pedregais são mais 20.000 €, e por isso quer saber ao certo quanto a Junta tem e quanto deve, o que considera ser o mais importante; 7) Que vê o Executivo a avançar com algumas obras, nomeadamente na antiga escola de Azões, mas que em Rio Mau, as pessoas que vão à missa têm que ir de galochas dado o estado do piso na zona da Igreja, o que considera inadmissível, uma vez que seria uma questão fácil de resolver; 8) Que o novo escadório de acesso ao cemitério de Rio Mau precisa de limpeza; 9) Questionou o Executivo e a Assembleia sobre a possibilidade de desagregação de freguesias, possível até 31/12/2022, assunto que gostaria de ver abordado e saber a posição do Executivo sobre essa possibilidade; 9) Que a União de Freguesias data de 2013, um projeto que contou com o apoio do atual Presidente do Executivo e que considera ter sido um fracasso, uma vez que as freguesias estão mais pobres, isoladas, e com dívidas. 10) Que o Presidente do Executivo tem agora oportunidade de se redimir dessa decisão; 11) Que faltam obras na União de Freguesias; 12) Que paramos no tempo, tendo sido ultrapassados por pequenas freguesias do concelho; 13) Que falta água e saneamento; 14) Interpelou o Presidente da Assembleia para marcação de uma Assembleia Extraordinária para discussão da desagregação das freguesias, tendo terminado a sua intervenção. -----

---- O Presidente da Assembleia, em resposta ao Sr. Hélder Oliveira, disse que iria refletir sobre a marcação da Assembleia solicitada mas que, na altura da agregação das freguesias, votou contra a agregação. No entanto, considera hoje que, com a União de Freguesias, a força para pressionar o Município é maior, a verba recebida é maior, e que voltar a desagregar as freguesias acarreta custos para a população, o que tem que ser muito bem ponderado. Disse também que se não foram realizadas obras na União de Freguesias nos últimos anos, a responsabilidade não é do atual executivo, que tem ainda poucos meses de atividade. -----

---- Foi então pedida a palavra pelo Sr. José Dantas para esclarecer a questão colocada pelo Sr. Hélder Oliveira quanto ao valor da dívida, tendo, no uso da mesma, dito: 1) Que o problema são os cerca de 90.000 € não cabimentados, e que, por não estarem cabimentados, não podem ser “compensados” com o valor constante do saldo bancário

 deixado pelo anterior Executivo; 2) Que os valores em causa são factos, constam do relatório da auditoria e que os auditores falaram com todos; 3) Que legalmente se o atual executivo assumir estas dívidas pode ter problemas jurídicos graves; 4) Que até concorda com muito do que disse o Sr. Paulo Lopes, mas a forma como o disse é claramente desinformação; 5) Que o que lhe custa é exatamente essa desinformação; 6) Que, quanto ao protocolo relativo ao muro de Pedregais, na data da auditoria, esse protocolo não existia, tendo terminado a sua intervenção. -----

---- Retomada a intervenção do público, foi chamado o Sr. Nuno Dias, o qual, no uso da palavra, disse: 1) Que não se vai alongar muito com a questão dos números porque é uma questão que, seja positiva ou negativa, o Executivo tem que solucionar; 2) Questionou para quando saneamento na portela; 3) Questionou ainda o que se passa com a água na Portela que todos os anos falta, que já se sente essa falha e ainda não chegamos ao Verão; 4) Em relação a obras, o que está previsto para a Portela? 5) Questionou também o que o Presidente lhe garante na Portela, na qual pretende ter qualidade de vida; 6) Em relação ao lixo, refere ser já quase uma questão de saúde pública, que seria necessário colocar mais um contentor e questiona a necessidade de alteração das datas/rota de recolha do lixo, tendo terminado a sua intervenção. -----

---- Foi de seguida chamado o sr. Joaquim Soares, o qual no uso da palavra disse: -----
-1) Referiu um problema na rua do Lourido, Godinhaços. Que anda a reclamar número de polícia para duas habitações, que já terá feito reclamação por escrito, mas que a situação ainda não foi resolvida; 2) Que terão dado o número da sua casa a outra, e a sua não tem número. 3) Referiu ainda a questão de um poste de eletricidade, que caiu após um ramo ter tocado no poste, estando o mesmo ainda no local, tendo de seguida terminado a sua intervenção. -----

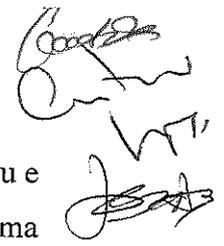
---- Foi de seguida chamada Maria Barroca, a qual no uso da palavra disse: -----
1) Começou por cumprimentar os presentes; 2) Referiu que ia focar o seu discurso no Sr. Paulo Lopes, relativamente a algumas palavras que o mesmo referiu; 3) Disse que o Sr. Paulo Lopes veio numa posição de ter ficado sentido; 4) Que terá vindo numa defesa da honra; 5) Que não será justificação para o valor da dívida o facto de as obras terem sido feitas; 6) Que ainda que as obras tenham sido efetivamente feitas, não significa que o dinheiro lá gasto o tenha sido da melhor forma; 7) Que o Dr. Reinaldo (advogado), que elaborou a proposta para pagamento da dívida, referiu nessa proposta que as obras não tiveram o devido cabimento; 8) E que o Dr. Reinaldo, advogado que elaborou a proposta, já era advogado do anterior Executivo e se mantém com o atual; 9) Que o sr.

Paulo não pode ser ele a dizer se as obras foram bem executadas; 10) Que dirigiu parte do discurso a culpabilizar o anterior executivo de Duas Igrejas, mas tal não justifica a sua atuação; 11) Questionou se o protocolo para o muro de Pedregais foi celebrado com o atual Executivo ou no anterior; 12) Questionou ainda qual intenção Executivo quanto ao valor da dívida e se Executivo vai agir criminalmente contra o anterior executivo, tendo terminado a sua intervenção. -----

----- Seguidamente foi chamado o último inscrito, Sr. Joaquim Ribeiro, o qual no uso da palavra disse: 1) Que apenas pretende fazer uma proposta à Assembleia: Dado o falecimento do Sr. Vítor Ramos, presidente da junta de freguesia de Turiz, propõe que o Executivo enderece uma carta de condolências à família e a Assembleia respeite um minuto de silêncio em sua homenagem, tendo terminado a sua intervenção. -----

----- Foi de seguida dada a palavra ao Presidente do Executivo, o qual, no seu uso, disse, após cumprimentar os presentes:-----

1) Que começa a sentir-se culpado porque parece que o único problema foi ter ganho as eleições; 2) Relativamente ao assunto mais importante, as contas da freguesia, tomou posse a 20/10, último dia do prazo legalmente previsto para a tomada de posse, e que a “Junta” foi entregue por ninguém, dado que nem o anterior Presidente, nem o anterior Tesoureiro lhe deram informação alguma; 3) Apenas terão dito para falar com a Secretária; 4) Que o dinheiro é de todos e uma Junta bem gerida pode fazer grandes obras; 5) Que é o Presidente de todos está a trabalhar para servir a Freguesia e não para criar inimizades; 6) Que se um dia tiver um percalço, como alguns tiveram, pedirá desculpa e assumirá o erro; 6) Que, na qualidade de Presidente do Executivo, não andou a procurar falhas de ninguém, apenas pediu auditoria ao último ano de funções do anterior executivo; 7) Porque a cada ano há um orçamento, com previsão de receita e despesa; 8) Que o que aconteceu foi que o valor gasto ultrapassou o previsto – valor não cabimentado; 9) Que na contabilidade a Junta nada deve; 10) Que está preocupado em pagar e que, se não pagou, foi porque foi alertado pelo advogado para, ao assumir a dívida, estar ele próprio a infringir a Lei; 11) Que o sr. Paulo Lopes vir apresentar como justificação um valor que ficou a dever quando cessou funções de Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas, não acha correto; 12) Que sempre deu o melhor e por isso está aqui; 13) Que Duas Igrejas recebia perto de 40.000 € por ano, e que, sendo a maior freguesia da atual União, recebia quase tanto como as outras freguesias; 14) Que na altura assumiu a obra do edifício sede da Junta sem dinheiro; 15) Que tem a consciência tranquila porque quem geriu a obra foi a Câmara Municipal, e está consciente da



retirada de 10.000 € da obra do edifício da sede, que foi destinada a um muro que caiu e que necessitava de intervenção urgente; 16) Não tem memória de mais nenhuma retirada de valor do destinado a esta obra do edifício sede; 17) Que até pode ter havido algum acerto, mas não se recorda; 18) Que essa situação (datada de 2013), não tem nada que ver com a situação atual; 19) Que acredita que o anterior executivo não agiu de má fé; 20) Que veio para desenvolver a terra e que por isso queria este problema resolvido, para se focar no que realmente importa: trabalhar para o desenvolvimento da Terra; 21) Que durante a campanha não falou mal de ninguém e nunca disse mal de ninguém e que quer trabalhar com todos, apesar de ter consciência de ter sido enxovalhado durante a campanha eleitoral; 22) Que lhe custa muito esta situação, porque o fornecedor da pedra para a obra do cemitério de Rio Mau ligou para receber e não existem condições para pagar; 23) Que nunca ninguém lhe disse que a pedra para a obra do cemitério de Rio Mau estava lá toda; 24) Que após a tomada de posse encontrou material que seria da Junta de Freguesia, nomeadamente tubos, que ninguém lhe disse para o que eram; 25) Que relativamente ao Protocolo para o muro de Pedregais, o mesmo tem o valor de 20.000 €, que foi o valor que conseguiram, e só foi assinado após apresentar faturas; 26) Que quando receber paga ao empreiteiro e fornecedor dos materiais; 27) Que nunca disse que a Junta não tinha dinheiro – tem e neste momento nada deve quanto ao que está protocolado; 28) Que relativamente ao protocolo prometido pelo Dr. António Vilela para a limpeza de caminhos, o Dr. Vilela prometeu a verba mas não há protocolo e por isso não há obrigação; 29) Que este Executivo pretende divulgar quanto do orçamento foi gasto em cada freguesia; 30) O caso da Portela é uma situação que o deixa triste, porque a Portela já teve uma estação de correios com muito movimento, escola, duas mercearias, que acabaram por encerrar; 31) Que as escolas foram fechadas antes da agregação; 32) Que o posto de correios da Portela, ao contrário do que foi dito, não fechou, foi antes objeto de acerto de horário, para melhorar o serviço em todo a União de Freguesias; 33) Que a Junta pode pedir infraestruturas mas não pode criar movimento nas freguesias, apenas pode incentivar; 34) Que o problema da água já não é de agora mas que tem que ser resolvido; 35) Que Rio Mau tem conduta para água pública mas não tem água por não existir pressão suficiente para bombear a água até lá, estando já em estudo uma solução; 36) Que o sr. Presidente do Executivo anterior podia ter dito em que estado ficou a União de Freguesias, não por respeito a si, mas ao povo; 37) Relativamente à intervenção do Sr. Hélder Oliveira, sobre a agregação de freguesias, assume ter sido impulsionador e que voltou para provar que valeu a pena; 38) No

entanto. se lhe apresentarem um projeto que mostre que o melhor para a população é a desagregação, será o primeiro a apoiar; 39) Que algumas situações do lixo são falta de civismo; 40) Que relativamente à situação reportada pelo sr. Nuno, relativa ao lixo, tem pedido contentores mas não há; 41) Relativamente à água na Portela, desde que tomou posse já muito se falou da água da Portela; 42) Que alguma coisa estranha se passa com a água dos fontanários; 43) Que relativamente a falhas na água pública, essa responsabilidade é do Município, e que tem feito pressão para a resolução da situação mas que a população também tem que reclamar junto do Município para criar mais pressão; 44) Relativamente a obras na Portela, está em curso a limpeza da Rua da Foz e extremo da Portela com Carreiras; 45) Que estão a abrir caminhos florestais apesar de ser competência do Município, porque se prevê um Verão seco; 46) Que estão a pressionar a obra de saneamento e pretendem executar obra de dignificação do campo de futebol; 46) Para a escola e edifício da Junta, têm previstos projetos para os locais, mas que sem ter certeza não pode alimentar falsas promessas; 47) O cemitério da Portela brevemente será alvo de intervenção; 48) Relativamente à situação da falta de número de polícia, a resolução seria fácil: bastaria acrescentar uma letra ao número da porta, mas o sr. não aceita esta proposta, pelo que irão agendar uma reunião do mesmo com o Executivo para tentar solucionar o problema; 49) Relativamente à situação do poste, a situação foi reportada mas ainda não foi tratada pela E-Redes, por atrasos da mesma. Seguidamente terminou a sua intervenção. -----

---- No uso da palavra, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que já havia falado com o Executivo para que fosse endereçada uma nota de pesar aos familiares do Sr. Vítor Ramos e propôs que de imediato fosse respeitado um minuto de silêncio em sua homenagem, o qual foi respeitado por todos os presentes. -----

---- Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida em voz alta e aprovada, vai ser assinada pela mesa, tendo de imediato o Presidente da Assembleia dado os trabalhos por encerrados, pelas vinte e duas horas e cinquenta e quatro minutos.-----

----O Presidente da Assembleia de Freguesia:-----

Joaquim Fernando Coarab

-----O Primeiro Secretário:-----

António José Vieira Lps.

-----O Segundo Secretário:-----

Veris Luis Martins Dado